

A PRESENÇA DO DIREITO DIGITAL NA PESQUISA CIENTÍFICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE AUTORES E CENTROS DE PESQUISA

 journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/pereira2021

Autores

Vitória Martins Pereira Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave:

Direito Digital, Quarta Revolução Industrial, Produção científica nacional, Plataforma Sucupira, Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Resumo

O século XXI é marcado pela emergência de uma nova organização social baseada em rede. A evolução tecnológica trouxe novas abordagens e consequências para diversas áreas, dentre elas, o Direito. Assim, a fim de acompanhar as disrupções trazidas pela Quarta Revolução Industrial e regular as novas relações jurídicas, surge o Direito Digital. À face disso, a resolução nº 2/2021 do Conselho Nacional de Educação alterou as diretrizes curriculares do curso de Direito, incluindo a matéria de Direito Digital como obrigatória. Sob essa ótica, instituições acadêmicas realizam estudos aprofundados e pioneiros nas mais diversas áreas, sendo reguladas e avaliadas para garantir resultados à sociedade, atendendo ao interesse público dessas entidades. O presente projeto de pesquisa busca analisar o estado da arte da produção científica de temáticas relacionadas ao Direito Digital no quadriênio Capes 2017-2020, a fim de contribuir com a autonomia didática do tema. Procedimentos descritivos serão utilizados a fim de identificar autores e centros de pesquisa por meio de uma análise quantitativa e qualitativa das Plataformas do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a Plataforma Sucupira. Dessa forma, com o mapeamento a partir da coleta de dados e da pesquisa, os objetivos da pesquisa são: (i) verificar se a inclusão do Direito Digital na grade curricular condiz com as tratativas científicas do assunto; (ii) identificar quais universidades possuem mais pesquisas sobre o tema; (iii) analisar se os centros de pesquisa são espalhados no território brasileiro de forma homogênea ou se estão centralizados em determinada região; (iv) realizar um mapeamento da autoria de teses e de periódicos na área, realizando análise da variedade ou recorrência do tema de Direito Digital.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Vitória Martins Pereira, Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Estudante de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Estagiária de Direito no Tribunal de Justiça do Paraná. Orientanda do Professor Dr. Emerson Gabardo na iniciação científica.

martinspvitoria@gmail.com

Referências

ADDOR, Nicolas. A regulação da pesquisa no Brasil e o modelo de avaliação Qualis Periódicos - CAPES. Curitiba, 2018. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

BRASIL. Resolução CNE/CSE 757/2020 - Alteração do artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. MEC: Brasília -DF, 2020.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à Política. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272. Agosto. 2002.

HELBING, Dirk. The Automation of Society is Next. How to Survive the Digital Revolution. Preprint version v 0, 2015.

MERELL, Vanessa. Direito digital: os aspectos jurídicos da evolução digital. Florianópolis, 2020. Dissertação (Monografia). Curso de Direito. Universidade do Sul de Santa Catarina.

SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

Como citar na referência:

PEREIRA, V. M. A PRESENÇA DO DIREITO DIGITAL NA PESQUISA CIENTÍFICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE AUTORES E CENTROS DE PESQUISA. In: SAIKALI, Lucas Bossoni; ANDRADE, Giulia De Rossi; DOTTA, Alexandre Godoy. (Orgs.). Direito Administrativo e Inovação: Crise e Solução - Caderno dos Resumos das Comunicações Científicas do XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. ISBN 9786599527821, Curitiba: GRD Editora, 2021., p. 97–98, 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/pereira2021>. Acesso em: 14 out. 2021.



Downloads

[DOI:10.5281/zenodo.](https://doi.org/10.5281/zenodo.5281)

Publicado

13.10.2021

Edição

Direito Administrativo e Inovação: Crise e Solução - Caderno dos Resumos das Comunicações Científicas do XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo

Seção

A Lei Brasileira de Governo Digital (Lei 12.129/21) e os Atos Administrativos

Categorias

Licença

Copyright (c) 2021 Vitória Martins Pereira



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigos Semelhantes

Mateus Domingues Graner, [O CASO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS: A \(IN\)CONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO POR AUTORIZAÇÃO](#), [Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - Repositório do IBDA: Direito Administrativo e Inovação: Crise e Solução - Caderno dos Resumos das Comunicações Científicas do XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo](#)

Você também pode [iniciar uma pesquisa avançada por similaridade](#) para este artigo.